

HABEAS CORPUS Nº 541.648 - GO (2019/0318611-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : GUILHERME MARTINS DA SILVA
ADVOGADO : GUILHERME MARTINS DA SILVA - GO050855
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : EDILSON MACHADO NELES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de EDILSON MACHADO NELES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que denegou a ordem visada no *Writ* n. 5522498.58.2019.8.09.0000 para manter a segregação cautelar decretada em desfavor do ora paciente no autos da ação penal em que foi denunciado pela suposta prática do delito insculpido no art. 121, § 2º, incisos I, III e VI, e § 2º-A, inciso II, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, c/c os arts. 5º, inciso III, e 7º, inciso I, ambos da Lei n. 11.340/2006 e com o art. 1º, inciso I, da Lei de Crimes Hediondos.

Sustenta o impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que a prisão preventiva do acusado teria sido decretada sem fundamentação idônea, com base apenas na gravidade em abstrato do delito.

Afirma, para tanto que não estaria demonstrado concretamente qual o risco que, em liberdade, o réu representaria para a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, reputando ausentes os requisitos autorizadores da prisão elencados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende que "*não se encontrando presentes os requisitos autorizadores da prisão processual (art. 312, CPP), faz-se necessário revogar a custódia provisória outrora decretada, ou aferir a possibilidade de aplicação do art. 319, inciso I, do Código de Processo Penal*" (e-STJ fl. 13).

Realça, por fim, as condições pessoais favoráveis do paciente.

Requer, diante disso, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva ou, subsidiariamente, substituída por cautelares mais brandas, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas pelas instâncias ordinárias, às e-STJ fls. 2669-270 e 357, noticiam que a sentença de pronúncia foi revogada e a prisão *ante tempus* mantida.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

Há de se destacar inicialmente que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 109.956/PR, buscando dar efetividade às normas previstas no art. 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal e nos arts. 30 a 32 da Lei n. 8.038/1990, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante aquela Corte em substituição ao recurso cabível, entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça a fim de que fosse restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do

direito de locomoção.

Assim, insurgindo-se a presente impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem pleiteada no prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que não configurada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, razão pela qual não merece conhecimento.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

Dos elementos que instruem os autos, infere-se que o paciente teve a prisão preventiva decretada por ocasião do recebimento da denúncia, em **24/1/2019**, porque, inconformado como o fim de relacionamento, teria desferido várias facadas na ex-companheira, que não veio a óbito por circunstâncias alheias a vontade do agente.

Quanto aos fatos, narra a exordial acusatória:

*"No fatídico dia, a vítima estava na casa de seu companheiro, à época, Elioenai Eliomar Gafvão Gomes, vulgo Léo, na companhia tão somente de sua filha Sabrina, com apenas 8 (oito) anos idade. Em determinado momento, **EDILSON MACHADO NELES**, portando uma **arma branca, tipo faca**, foi até a casa e, ao avistar a vítima, começou a dar golpes de faca na porta da casa, até que ela se abrisse. Apos ter arrombado a porta, **EDILSON MACHADO NELES** desferiu, aproximadamente, 14 golpes de faca contra a vítima, atingindo várias regiões de seu corpo, oportunidade em que ela caiu ao solo.*

Depois de alguns minutos, sangrando e agonizando na frente de Sabrina, a qual saiu de casa gritando por socorro, dizendo: 'Meu pai matou minha mãe, ajuda ela', o companheiro da vítima à época, Léo, chegou à casa e escutou os pedidos de socorro de Sabrina, ocasião em que pediu para que um rapaz parasse o veículo e a levou para o hospital.

*O **motivo torpe** encontra-se configurado em razão de **EDILSON MACHADO NELES** ter tentado matar a vítima por sentimento de 'posse' e de 'propriedade' que possuía em relação a ela, entendendo que era 'dono' da vítima, e que ela não poderia se relacionar com ninguém, tentando ceifar sua vida.*

*O **meio cruel** encontra-se configurado em razão da multiplicidade de golpes de arma branca, em regiões distintas do corpo da vítima, causando intenso e desnecessário sofrimento.*

*Do mesmo modo, restou comprovada, também, a qualificadora do **feminicídio**, pois o crime foi cometido*

contra a vítima em razão de sua condição feminina, no contexto de violência doméstica e familiar" (e-STJ fl. 168, grifou-se).

Observa-se que o Juiz processante decretou a prisão cautelar do ora paciente para a garantia da ordem pública, diante da gravidade da conduta perpetrada, visto que *"o réu supostamente tentou matar a vítima por não aceitar o fim do relacionamento, instante em que desferiu 14 facadas em seu desfavor, somente não logrando êxito em matá-la por circunstâncias alheias a sua vontade, consistente no atendimento médico a que ela foi submetida"* (e-STJ fl. 135).

Consignou o Magistrado singular, na ocasião, que *"nos autos da ação penal de nº 201603821788 que tramita no Juizado de Violência Doméstica desta comarca pela prática do crime de ameaça, houve a decretação da prisão preventiva do acusado Edilson em razão do descumprimento das medidas protetivas de urgência já decretadas em favor da vítima Maria do Remédio da Cruz Ribeiro, pois continuou proferindo ameaças contra ela por meio de mensagens de texto e através de redes sociais, sendo o mandado cumprido no dia 29/11/2018, satisfazendo, desse previsto no inciso III, do artigo 313, do Código de Processo Penal"* (e-STJ fl. 135, grifou-se).

Instado a reavaliar os requisitos da segregação, em **1º/7/2019**, o Juiz de origem manteve a constrição cautelar por entender persistirem os fundamentos do decreto primevo (e-STJ fls. 48-51).

Encerrada a primeira fase atinente ao procedimento do tribunal do júri, em **9/8/2019**, o acusado foi pronunciado, ocasião em que o Magistrado singular manteve a prisão preventiva *"considerando as declarações de Maria do Remédio, a qual afirmou em juízo que após a ocorrência deste fato Edilson continuou a ameaçando, bem como a periculosidade concreta demonstrada na conduta, estando presentes, por ora, os requisitos do artigo 312, do Código Penal"* (e-STJ fl. 122).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, pois *"o julgador de primeiro grau embasou satisfatoriamente a necessidade do encarceramento do paciente ao manter a prisão preventiva, especialmente com fulcro na garantia da ordem pública, em face da gravidade concreta do delito e da periculosidade do agente, ressaltando que o acusado continuou ameaçando a vítima Maria dos Remédios, circunstâncias essas que justificam, ao menos no momento, a necessidade de perpetuação da medida extrema de restrição de liberdade"* (e-STJ fl. 220, grifou-se).

Consignou, por fim, o colegiado local que as alegadas condições pessoais favoráveis do paciente não impõem, por si só, a concessão da ordem a seu favor, bem como que *"na hipótese em apreciação nenhuma das medidas elencadas no artigo 319 do Código de Processo Penal, revela-se suficiente e adequada para resguardar efetivamente a ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta do crime e a periculosidade do agente, revelada pelo modus operandi e pelo risco de reiteração criminosa"* (e-STJ fl. 222).

Delineado o contexto fático processual, tem-se que a prisão do ora paciente encontra-se devidamente embasada no art. 312 do Código de Processo Penal, **para a garantia da ordem pública**, em razão da sua **periculosidade**, facilmente percebida pelas

circunstâncias mais gravosas em que, em tese, ocorreram os fatos criminosos.

No caso, o **paciente, inconformado com o rompimento do relacionamento, com arma branca (faca), após arrombar a porta da residência da ex-companheira, com quem convivera durante 12 (doze) anos, tentou ceifar-lhe a vida, desferindo-lhe 14 (quatorze) golpes em diversas regiões do corpo.** Acrescente-se, ainda, que a vítima não veio a óbito por intervenção da filha do casal, que ao ver o estado grave da mãe após a agressão, saiu da casa em busca de ajuda, que foi prestada pelo atual companheiro da ofendida, encaminhando-a ao hospital, onde recebeu o devido atendimento médico.

Tais fatos evidenciam a reprovabilidade acentuada da conduta imputada ao agente, bem como a sua efetiva personalidade violenta e periculosidade social, demonstrando a necessidade da prisão para se acautelar a ordem pública, pois evidente a maior censura à prática que lhe é imputada.

A jurisprudência deste Tribunal é pacífica:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FEMINICÍDIO TENTADO. CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. EXCESSO DE PRAZO. ENUNCIADO Nº 21 DA SÚMULA DO STJ. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. CRIME PRATICADO DIANTE DOS FILHOS, DE 11 E 4 ANOS DE IDADE. REGISTROS CRIMINAIS E DE ATOS INFRACIONAIS ANTERIORES. PERICULOSIDADE. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Em relação ao alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo, sobreveio decisão interlocutória mista de pronúncia nos autos de origem, o que atrai ao caso a incidência do enunciado n. 21 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe que "pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução".

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. Hipótese na qual o delito apresenta gravidade concreta, que demonstra a periculosidade do acusado e indica que a prisão é necessária para a garantia da ordem pública. Com efeito, segundo consta, o recorrente, chegando embriagado em casa,

discutiu com sua esposa por motivos de ciúmes e, a despeito da presença de seus dois filhos, de apenas 11 e 4 anos de idade, a agarrou pelos cabelos e desferiu contra ela golpe de faca. Releva considerar, ainda, que o homicídio somente não foi consumado porque a própria vítima conseguiu, por sua vez, se armar de outra faca e golpeá-lo no abdomen, fugindo em seguida.

4. Com efeito, "se a conduta do agente - seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime - revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despidendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade" (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

5. Ainda, convém considerar que o recorrente, "apesar de ser primário, possui passagens por atos infracionais, bem como já respondeu a outros processos". Ora, "inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva" (RHC n. 68550/RN, Sexta Turma, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 31/3/2016). No mesmo sentido, não é demais lembrar que, embora registros de atos infracionais não possam ser utilizados para fins de reincidência ou maus antecedentes, por não serem considerados crimes, podem ser sopesados na análise da personalidade do recorrente, reforçando os elementos já suficientes dos autos que o apontam como pessoa perigosa e cuja segregação é necessária.

6. As circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não surtiriam o efeito almejado para a proteção da ordem pública.

7. Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

(RHC 106.136/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 01/03/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FEMINICÍDIO. TENTADO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. O Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no art.

312 do Código de Processo Penal, em especial a garantia da ordem pública, evidenciada pela gravidade concreta da conduta

delitiva, ao destacar haver o acusado, na presença da filha menor de 8 anos de idade, desferido golpes de faca na vítima, ato encorajado por sentimento de posse e misoginia, frequentemente presente em crimes de violência doméstica contra a mulher. Evidenciado, outrossim, o risco de reiteração delitiva em casos dessa natureza, também caracterizado pelo registro de anterior prática de roubo e tráfico de drogas. Por fim, salientou o Magistrado que o acusado fugiu após o delito e encontra-se em local incerto e não sabido.

3. Recurso não provido.

(RHC 94.611/AL, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018)

No mais, condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre *in casu*.

Por fim, ressalta-se que, ao ser necessária a segregação preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, pois, como reiteradamente vem decidindo esta Corte Superior, "*inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública*" (HC 415.815/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017).

Assim, a prisão preventiva do paciente está suficientemente justificada e merece ser preservada a bem da ordem pública, constantemente abalada por condutas violentas como a que ora se examina.

Diante do exposto, por se afigurar manifestamente incabível, **não se conhece** do *habeas corpus* substitutivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator